

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**EDUCAÇÃO CIDADÃ: O JOGO DA POLÍTICA COMO RECURSO
DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Fernanda Dellaquila de Oliveira

Profa. Dra. Marina Castro de Almeida

Rio Claro (SP)
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

FERNANDA DELLAQUILA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO CIDADÃ: O JOGO DA POLÍTICA COMO
RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura
em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

O48e

Oliveira, Fernanda Dellaquila de

Educação Cidadã : o Jogo da Política como recurso
didático-pedagógico no ensino de Geografia / Fernanda Dellaquila de
Oliveira. -- Rio Claro, 2024

29 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura -
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Marina Castro de Almeida

1. Cidadania. 2. Ensino. 3. Recurso Didático-Pedagógico. 4.
Geografia. I. Título.

FERNANDA DELLAQUILA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO CIDADÃ: O JOGO DA POLÍTICA COMO
RECURSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel e Licenciatura
em Geografia.

Comissão Examinadora

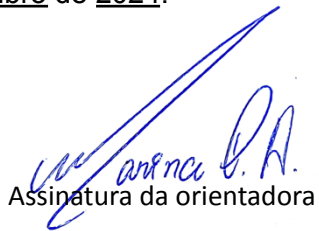
Dra. Marina Castro de Almeida (orientadora)

Inaê Caroline Duarte Ferreira

Vitória de Barros da Paixão

Rio Claro, 6 de dezembro de 2024.


Assinatura da aluna


Assinatura da orientadora

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor, apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a finalização de um ciclo e o início de um sonho, que muitas pessoas me ajudaram a traçar e eu serei eternamente grata por isso. Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora Profa. Dra. Marina Castro de Almeida, que me acolheu e se dedicou a me impulsionar nessa jornada, a senhora foi essencial para que isso se tornasse possível. Agradeço também à minha família, especialmente, meus pais, Carmen Lúcia Dellaquila de Oliveira e Luiz Fernando Nunes de Oliveira, meu irmão, Guilherme Dellaquila de Oliveira, e minha avó, Carmen Pereira Dellaquila, que apesar da distância, me apoiaram durante todo meu período de formação. Também sou grata pela família que a graduação me proporcionou, Inaê Caroline Duarte Ferreira, Lucas Gabriel Gonçalves de Oliveira e Vitória de Barros da Paixão, obrigada pelo suporte emocional e intelectual tão importante para concluir esta etapa. A família República Tatu do Bem, Ana Beatriz de Paula, Ana Laura Castoldi Vieira, Eduarda Galdino Gasparotto, Letícia Pereira Giacom, Milena Ramos dos Santos Baumgartner, Nicole Fernanda Delgado e Paloma Hokama Paixão, obrigada por todos os momentos incríveis que a convivência nos proporcionou. A família Bateria Porcaria, por me acompanhar durante todos esses anos de formação. E ao meu companheiro, João Pereira Teixeira, agradeço pela paciência, compreensão e incentivo durante todo esse processo, obrigada por tudo. Por fim, a todos que de alguma forma participaram e contribuíram com esse ciclo, meu muito obrigada.

EPÍGRAFE

Assim, deve-se levar em conta o lugar e a realidade cotidiana do aluno, com o pressuposto de que isso torna o ensino mais significativo (Cavalcanti, 2008, p. 142).

RESUMO

O presente trabalho investiga como promover a cidadania ativa por meio do ensino de Geografia, como previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir da aplicação do recurso didático "Jogo da Política". Justifica-se essa abordagem pela necessidade de entendimento e desenvolvimento da cidadania, que está relacionada à proposta de uma democracia que engloba os aspectos políticos, econômicos e sociais, relacionando à prática da participação na vida coletiva e pública, isso ampliando a compreensão para abranger tanto a esfera pública e os exercícios formais e jurídicos de direitos e deveres, quanto o aspecto ético de uma vida solidária. O objetivo principal é identificar como o ensino de Geografia pode facilitar a compreensão da cidadania, promovendo uma educação mais crítica e participativa. O procedimento metodológico envolve uma revisão de literatura teórica, seguido por uma pesquisa de campo em uma escola, onde foi aplicado o "Jogo da Política". Os resultados esperados incluem um maior entendimento dos processos políticos, a valorização da participação cívica e a aplicação de conhecimentos geográficos na construção de uma sociedade mais justa. Essa análise visa, portanto, não apenas transmitir conteúdos, mas também fomentar uma cultura de responsabilidade social entre os alunos.

Palavras-chave: Cidadania; Ensino; Recurso Didático-Pedagógico; Geografia.

ABSTRACT

This research examines strategies for fostering active citizenship through the teaching of Geography, as outlined in the National Common Curricular Base (BNCC), using the educational resource "Politics Game". This approach highlights the pressing need to understand and promote citizenship, a concept rooted in a democratic framework that encompasses political, economic, and social dimensions. Citizenship entails active participation in public and collective life, extending beyond the formal and legal exercise of rights and duties to embrace an ethical commitment to solidarity and social responsibility. The primary objective is to analyze how Geography education can enhance students' comprehension of citizenship, fostering a more critical and participatory learning experience. The research methodology integrates a theoretical literature review with fieldwork conducted in a school setting, where the "Politics Game" was implemented. The anticipated outcomes include a more profound understanding of political processes, a heightened appreciation for civic engagement, and the practical application of geographic knowledge in building a fairer and more equitable society. Ultimately, this study aims not only to disseminate academic content but also to cultivate a culture of social responsibility and active civic participation among students.

Keywords: Citizenship; Education; Didactic-Pedagogical Resource; Geography.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DESENVOLVIMENTO.....	10
2.1. Cidadania: Conceitos e Perspectivas.....	10
2.2. Educação Geográfica e Cidadania na BNCC.....	11
2.3. Recursos Didáticos no Ensino de Geografia: O Jogo da Política.....	13
3. APLICAÇÃO.....	15
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	23
4.1. Percepções dos Alunos sobre Cidadania e Participação Política.....	23
4.2. Contribuições do Ensino de Geografia na Formação da Cidadania Ativa.....	25
4.3. Limitações e Desafios na Utilização do Recurso Didático Jogo da Política.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A formação de cidadãos críticos e participativos, como defende Cavalcanti (2002), é um objetivo central da Geografia. Ao explorar as interações entre o ser humano e o espaço, a disciplina oferece ferramentas para que os alunos compreendam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam o mundo, tornando-os capazes de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse sentido, o "Jogo da Política" se apresenta como um instrumento didático inovador, que simula situações reais e desafia os alunos a questionar e intervir no sistema político. Ao aliar a teoria à prática, o jogo contribui para a formação de cidadãos ativos, capazes de exercer seus direitos e deveres, conforme defendem Santos (1993) e Cavalcanti (1999). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015) reforça essa perspectiva, ao promover o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes analisar e transformar a realidade urbana.

Ao aprofundar a compreensão do direito à cidade, como proposto por Lefebvre (1972) e Harvey (2012), a Geografia oferece subsídios para que os alunos analisem as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam o mundo urbano. Essa visão é complementada por Thomas Marshall (1967), que define a cidadania como um conjunto de direitos e deveres que confere aos indivíduos um status especial dentro da sociedade. Ao compreenderem essas dinâmicas, os alunos são incentivados a exercer seu poder para transformar a cidade de acordo com suas necessidades e desejos, contribuindo para a construção do espaço urbano. Dessa forma, a Geografia desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de transformar a realidade urbana.

Diante desse contexto, a metodologia empregada neste estudo está estruturada de forma a integrar a fundamentação teórica à aplicação prática do recurso didático-pedagógico "Jogo da Política". Assim sendo, optou-se por uma abordagem qualitativa, exploratória e aplicada, dividida em três etapas principais: revisão de literatura, desenvolvimento do recurso didático e pesquisa de campo. Para mais, objetiva-se analisar como a utilização do recurso didático pedagógico do

“Jogo da Política”, nas aulas de Geografia, pode auxiliar no desenvolvimento da cidadania ativa, como previsto na BNCC.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo dedica-se à apresentação do desenvolvimento da pesquisa realizada. Serão abordados os conceitos e diferentes perspectivas sobre a cidadania, analisando como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2015) incorpora a temática da cidadania ao processo educacional. Por fim, será aprofundada a discussão sobre o 'Jogo da Política' como um dispositivo didático eficaz para o ensino de Geografia, evidenciando seu potencial para promover a participação cidadã.

2.1. Cidadania: Conceitos e Perspectivas

De acordo com Henri Lefebvre (1972), o direito à cidade “significa o direito dos cidadãos/citadinos e de grupos que eles constituem (sobre a base de relações sociais) a figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação de informação, de trocas.” (p. 62). Nesse sentido, David Harvey (2012, p. 74) afirma que o “direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmo pela mudança da cidade”.

A partir dessas duas perspectivas, é possível compreender o direito à cidade como emancipação política. Pois, Lefebvre (2016) destaca a importância da inclusão e da participação ativa dos cidadãos nas dinâmicas urbanas e Harvey (2012) a capacidade de transformação social. Portanto, pode-se indicar que a emancipação política exige um engajamento coletivo e compromisso com a mudança das estruturas sociais e urbanas, permitindo que os cidadãos não apenas reivindiquem seus direitos, mas também participem da construção de um espaço urbano mais justo e equitativo.

Sobre o conceito de cidadania, Thomas Marshall (1967) elaborou uma teoria definindo-o como “[...] um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao Estado” (p. 76). Além disso, também identificou três categorias de direitos no processo de desenvolvimento da cidadania: civis, políticos e sociais.

O exercício da cidadania está disposto nos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é necessário compreender o cidadão, “indivíduo como titular de deveres e direitos” (Santos, 1993), como um ser político. Segundo Santos (1993), o indivíduo é um ser livre quando se integra a uma sociedade em que é um sujeito ativo, pois é capaz de realizar sua individualidade através da organização em grupo.

No entanto, o indivíduo é limitado a uma categoria política, em que possui aplicabilidade apenas na categoria jurídica, pois por meio de propostas busca-se colocar em prática sua teoria. Apesar disso, a cidadania não se restringe à criação de leis, pois após a conquista de um direito, é necessário permanecer atento para assegurar e expandir sua cidadania.

Para Cavalcanti (1999), o cidadão é aquele que, além de exercer seus direitos existentes, também o utiliza de forma ativa e democrática, incluindo a capacidade de criar novos direitos e ampliar os existentes. Assim, a concepção de uma cidadania ativa busca, através da reflexão crítica, expandir os tipos tradicionais de direitos associados à cidadania (civis, políticos e sociais), considerando as necessidades sociais de maneira democrática e contextualizada.

A noção de cidadania (Cavalcanti, 1999) está diretamente relacionada à proposta de uma democracia que engloba os aspectos políticos, econômicos e sociais, que também se correlaciona à prática da participação na vida coletiva e pública. Além disso, é fundamental ampliar essa compreensão para abranger tanto a esfera pública e os exercícios formais e jurídicos de direitos e deveres, quanto o aspecto ético de uma vida solidária.

2.2. Educação Geográfica e Cidadania na BNCC

Segundo Barbosa; Martins e Mello (2019) o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve início em 2015, envolvendo vários segmentos da sociedade civil, particularmente na área educacional, que analisaram sua relevância para unificar a Educação Básica no Brasil. O processo foi caracterizado por embates teóricos, ideológicos e políticos, intensificados pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, que impactou o desenvolvimento da BNCC, já na segunda versão, e resultou em mudanças significativas na versão final apresentada em 2017 pelo governo de Michel Temer (Barbosa; Martins; Mello,

2019). A BNCC direciona a elaboração de propostas educacionais de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Conferência Nacional da Educação (CONAE). A versão final da BNCC foi aprovada em 2017, enquanto as diretrizes para o ensino médio só foram divulgadas em 2018 (Branco *et al.*, 2018).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015), o exercício da cidadania é mobilizado através de competências, que associam a capacidade de usar conhecimentos (incluindo conceitos e procedimentos), habilidades (que envolvem ações práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores. Dentro da área do conhecimento de Ciências Humanas, são promovidas reflexões sobre temas sociais, éticos e políticos, que aprofundam o entendimento da participação na sociedade.

Intrinsecamente, a disciplina de Geografia aborda a educação geográfica através da relação de componentes da sociedade e da natureza. A interpretação de mundo, pelo raciocínio geográfico, possibilita a compreensão de conceitos, como: identidade, território, lugar; que auxiliam no exercício da cidadania. Nesse sentido, Helena Callai (2012) entende que:

(...) pode-se acreditar que a educação geográfica apresenta-se hoje como a possibilidade de tornar significativo o ensino de uma disciplina presente na educação básica, que traz em seu conteúdo a possibilidade do debate a respeito das questões do mundo da vida. Em outras palavras: conhecer o mundo, para transformá-lo de acordo com as necessidades da sociedade em geral, na busca de superar as diversas formas de exclusão. (p. 75)

Desse modo, através da organização de objetos do conhecimento, identificada como unidade temática, “O sujeito e seu lugar no mundo”, pode-se destacar da Base Nacional Comum Curricular:

(...) no Ensino Fundamental – Anos Finais, procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas. (Brasil, p. 362, 2018)

Nesse sentido, Helena Callai (2018) indica a importância de trabalhar o conceito de lugar, além de espaço, território e paisagem no ensino de Geografia, pois:

(...) Para fortalecer estes conceitos é necessário o acesso aos conhecimentos, aos objetos que permitem pensar teoricamente e

compreender intelectualmente o referido conteúdo. No lugar, conceito e local de vida dos estudantes, as paisagens tornam visíveis o espaço construído e o aluno pode compreender que faz parte daquele lugar, que pode participar das decisões na escola, nos lugares que percorre e com isso ter mais elementos para entender que o que acontece no lugar resulta de como os homens vivem, decidem, estabelecem as relações. Relações com o poder político, pois os representantes da população que atuam no executivo e no legislativo estão próximos; com o mundo da economia pela proximidade com as empresas onde as pessoas trabalham, etc. Essa proximidade permite que o aluno conheça pelo seu cotidiano aquilo que é vivido. (p. 14)

Em vista disso, de maneira semelhante, Cavalcanti (2020) defende que o ensino de Geografia tem um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e críticos. Ao abordar o espaço urbano de forma aprofundada, a Geografia contribui para que os alunos compreendam a cidade como um espaço em constante transformação e que exige a participação de todos.

2.3. Recursos Didáticos no Ensino de Geografia: O Jogo da Política

Assim sendo, são necessários recursos didáticos para viabilizar a compreensão do exercício da cidadania. De acordo com Souza (2007), “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos” (p. 111). Ao utilizar recursos didático-pedagógicos diferenciados, é possível apresentar o conteúdo de maneira inovadora, envolvendo os alunos no processo de aprendizado e tornando-os participantes ativos. Nesse sentido, o “Jogo da Política” é um recurso didático interessante para se colocar em prática a compreensão do exercício da cidadania.

O “Jogo da Política”, recria situações do mundo real em uma cidade fictícia, em que os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - estão presentes, com objetivo de instigar os jogadores a questionar e intervir no sistema político (Politize!). O jogo foi resultado da pesquisa Sonho Brasileiro da Política (Toledo, 2014), feita para entender como o jovem pensa e atua politicamente, em conjunto com os coletivos Énois Inteligência Jovem e LabHacker.

Desse modo, ao recriar situações práticas do mundo político em uma cidade fictícia, o jogo oferece uma oportunidade para os participantes experimentarem, de forma prática, como funcionam os processos políticos. Portanto, os participantes são incentivados a refletir criticamente sobre as dinâmicas políticas, éticas e sociais, o que pode-se contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

De maneira resumida, o Jogo do Executivo concentra-se em trabalhar o orçamento de uma cidade, com o objetivo de compreender como funciona o poder Executivo, através do exercício de imaginar quanto custa e quanto gasta um município. Já o Jogo do Legislativo foca em criar a Constituição de um município, além de projetos de lei, com o objetivo de fazer os integrantes assumirem o papel de um parlamentar. E o Jogo do Judiciário, se dedica a simular o julgamento de uma cidadã, com objetivo de aproximar os integrantes da organização de um tribunal.

A cidadania está fundamentada na Constituição Federal de 1988, a partir disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015) mobiliza o exercício da cidadania por meio de competências que envolvem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Porém, existe a necessidade de buscar como o ensino de geografia pode contribuir para a uma educação cidadã, visto que no Ensino Fundamental - Anos Finais busca-se:

(...) a continuidade e a progressão das aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em níveis crescentes de complexidade da compreensão conceitual a respeito da produção do espaço. Para tanto, é preciso que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre o uso do espaço em diferentes situações geográficas regidas por normas e leis historicamente instituídas, compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado. (Brasil, p. 381, 2018)

Tendo em vista a contextualização, o embasamento teórico se apoia em autores como Santos (1993) e Cavalcanti (1999), que abordam a cidadania como um conjunto de deveres e direitos do indivíduo, destacando a importância de uma cidadania ativa, capaz de ir além das normas estabelecidas. Para fundamentar a ação prática desse exercício, o recurso didático, como indicado por Souza (2007), aborda a introdução do conteúdo de maneira inovadora, em que os alunos são envolvidos no processo de aprendizagem e desempenham um papel ativo. E como instrumento, o “Jogo da Política” simula situações do mundo real em uma cidade fictícia, abrangendo os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário, em que objetiva instigar os participantes a questionar e intervir no sistema político.

3. APLICAÇÃO

A primeira etapa consistiu em uma ampla revisão bibliográfica sobre os principais conceitos abordados no trabalho. Foram analisadas obras de referência relacionadas à cidadania (Marshall, 1967; Santos, 1993; Cavalcanti, 1999), direito à cidade (Lefebvre, 1972; Harvey, 2012) e recursos didáticos no ensino de Geografia (Souza, 2007; Callai, 2012). Essa etapa buscou estabelecer uma base teórica sólida para discutir o papel do ensino de Geografia no desenvolvimento de uma cidadania ativa e refletir sobre como o uso de métodos lúdicos pode potencializar o aprendizado.

Como já dito em seções anteriores, o “Jogo da Política”, mais especificamente o “Jogo do Executivo”, foi selecionado como recurso didático para abordar conceitos de cidadania, participação política e organização social. Para tanto, durante a preparação, foram definidos os seguintes elementos para aplicação do jogo em uma escola: i) objetivo: promover a compreensão dos processos políticos e estimular a reflexão crítica sobre o papel do cidadão; ii) material: tabuleiro feito de cartolina, escrito com caneta para quadro branco preta e fichas de EVA (Etileno Acetato de Vinila) no formato quadrado de 1 cm X 1 cm; iii) aula teórica: sensibilização, diferença entre os três poderes, função do prefeito em uma cidade, quais são as leis orçamentárias, o que é cidadania e orçamento participativo e funções das pastas de orçamento; iv) dinâmica: alunos divididos em grupos, para assim tomar decisões relacionadas a administração do orçamento da cidade de Rio Claro - SP (imaginário, real e desejado).

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professora Carolina Augusta Seraphim, localizada no bairro Vila Indaiá do município de Rio Claro, de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em uma turma do 7º ano. A escolha dessa série baseou-se na disponibilidade da escola de receber a prática e na complexidade cognitiva esperada dos alunos, alinhada às competências propostas pela BNCC.

Desse modo, durante o período de preparação, ao descobrir a viabilidade de aplicação na escola, decidiu-se que ao invés de utilizar a cidade fictícia como designado pelo “Jogo da Política”, para aproximação da realidade utilizou-se o município de Rio Claro - SP. Para isso, seria necessário elaborar um tabuleiro com base no orçamento de Rio Claro - SP.

De acordo com a Lei Municipal Nº 5.852, de 12 de Dezembro de 2023 (Rio Claro, 2023), se estabeleceu o orçamento do município de Rio Claro - SP para o ano de 2024, último do primeiro mandato do prefeito Gustavo Ramos Perissinotto.

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Claro-SP., para o Exercício Financeiro de 2024, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

II - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e de seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 1.480.209.810,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil, oitocentos e dez reais), conforme quadro I demonstrado em anexo.

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 1.413.298.310,00 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e dez reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 66.911.500,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e onze mil, quinhentos reais).

Parágrafo único. A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente Municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no quadro III Resumo Geral da Receita.

Destaca-se que o Orçamento Fiscal para o ano de 2024 foi estabelecido em R\$ 1.480.209.810,00 (um bilhão, quatrocentos e oitenta milhões, duzentos e nove mil, oitocentos e dez reais). A partir disso, optou-se trabalhar com as despesas pelas Funções das pastas de orçamento, pois facilitaria o direcionamento da prática e a possível compreensão dos alunos.

Tabela 1 - Orçamento público do município de Rio Claro - SP dividido por Funções (2024)

01	Legislativa	R\$	41.000.000,00
04	Administração	R\$	213.992.800,00
05	Defesa Nacional	R\$	159.800,00
06	Segurança Pública	R\$	5.511.700,00
08	Assistência Social	R\$	36.500.280,00
09	Previdência Social	R\$	78.415.000,00
10	Saúde	R\$	280.682.578,00
12	Educação	R\$	314.809.040,00
13	Cultura	R\$	4.214.100,00
14	Direitos da Cidadania	R\$	56.200,00
15	Urbanismo	R\$	173.253.420,00
16	Habitação	R\$	8.685.500,00
17	Saneamento	R\$	145.197.000,00
18	Gestão Ambiental	R\$	46.440.400,00
19	Ciência e Tecnologia	R\$	310.800,00
20	Agricultura	R\$	4.222.140,00
23	Comércio e Serviços	R\$	5.367.900,00
24	Comunicações	R\$	7.900,00
25	Energia	R\$	13.167.300,00
26	Transporte	R\$	13.021.400,00
27	Desporto e lazer	R\$	4.474.100,00
28	Encargos Especiais	R\$	63.270.986,00
99	Reserva de Contingência	R\$	27.449.466,00
	TOTAL GERAL	R\$	1.480.209.810,00

Retirada da Lei Municipal Nº 5.852, de 12 de Dezembro de 2023, disponível em CESPRO Processamento de Dados, acesso em 29 ago. 2024.

A partir das vinte e três Funções da pasta de orçamento, viu-se de agrupá-las em doze grupos para a melhor operacionalização do jogo, assim se tornaria mais dinâmico e possibilitaria mais tempo para discussão entre as funções escolhidas. Organizada como de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2 - Agrupamento de Funções das despesas do orçamento público de Rio Claro - SP

FUNÇÃO	AGRUPAMENTO
LEGISLATIVO	- Legislativo
ADMINISTRAÇÃO	- Administração; - Comércio e Serviços.
SEGURANÇA PÚBLICA	- Segurança Pública; - Defesa Nacional.

EDUCAÇÃO	- Educação; - Ciência e Tecnologia.
CULTURA	- Cultura; - Comunicação.
URBANISMO	- Urbanismo; - Energia; - Habitação; - Transporte; - Saneamento.
MEIO AMBIENTE	- Gestão Ambiental; - Agricultura.
ESPORTE E LAZER	- Desporto e Lazer.
ENCARGOS ESPECIAIS	- Encargos Especiais.
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	- Reserva de Contingência.
ASSISTÊNCIA SOCIAL	- Assistência Social; - Previdência Social; - Direitos de Cidadania.
SAÚDE	- Saúde.

Elaborado pela autora, 2024.

Assim como o fato da escolha das Funções para o jogo, escolheu-se trabalhar com porcentagem, em vez de os valores reais destinados às Funções. Isso porque promoveria uma melhor funcionalidade do jogo, visto que os valores reais eram muito grandes. Com a formulação das despesas em porcentagens aproximadas, seria mais fluido para que os alunos conseguissem atribuir as despesas para cada função. Se concluindo a tabela da seguinte maneira:

Tabela III - Orçamento público do município de Rio Claro - SP em porcentagem dividido por Função (2024)

FUNÇÃO	DESPESA (R\$)	PORCENTAGEM (%)	APROXIMADAMENTE (%)
Legislativa	R\$ 41.000.000,00	2,77 %	3 %
Administração	R\$ 219.360.700,00	14,82 %	15 %
Segurança Pública	R\$ 5.671.500,00	0,38 %	1 %
Educação	R\$ 315.119.840,00	21,29 %	21 %

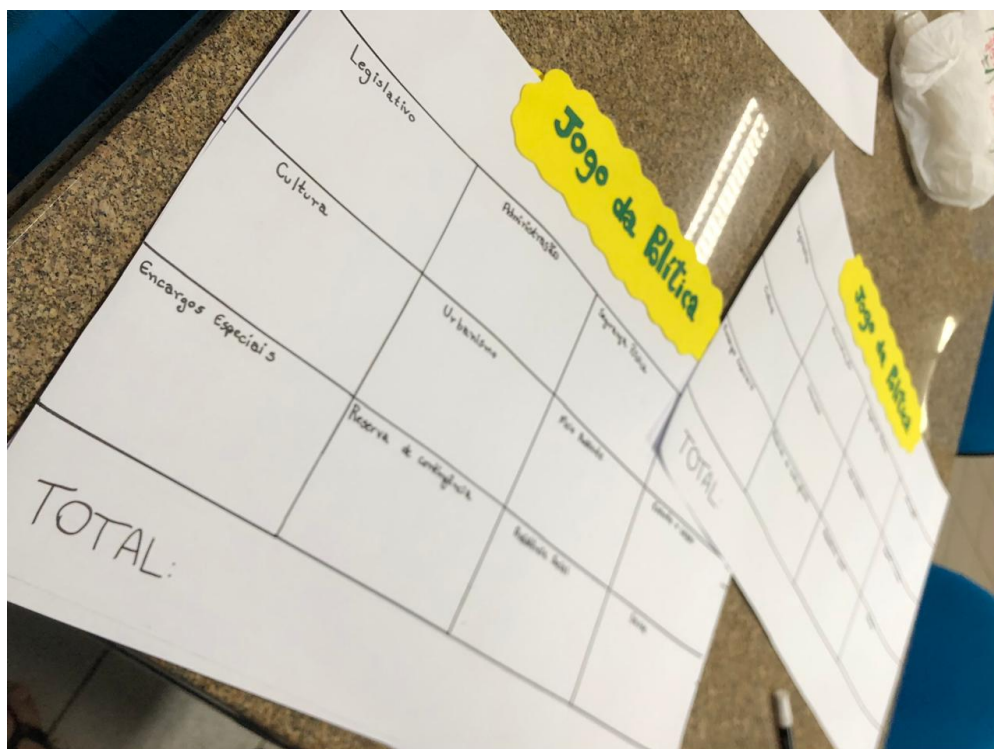
Cultura	R\$ 4.222.000,0	0,29 %	1 %
Urbanismo	R\$ 353.324.620,00	23,87 %	23 %
Meio Ambiente e Agricultura	R\$ 50.662.540,00	3,42 %	3 %
Esporte e Lazer	R\$ 4.474.100,00	0,30 %	1 %
Encargos Especiais	R\$ 63.270.986,00	4,27 %	4 %
Reserva de Contingência	R\$ 27.449.466,00	1,85 %	1 %
Assistência Social	R\$ 114.971.480,00	7,77 %	8 %
Saúde	R\$ 280.682.578,00	18,96 %	19 %
TOTAL	R\$ 1.480.209.810,00	100,00 %	100 %

Elaborado pela autora, 2024.

Com a metodologia e os dados alinhados, foi possível confeccionar o recurso pedagógico em si, composto pelo tabuleiro e pelas fichas representativas das porcentagens. Para a produção do tabuleiro, utilizou-se cartolina, pincel marcador para quadro branco na cor preta, régua, cola e folha em EVA na cor amarela, verde e vermelha. Optou-se pela utilização do EVA de gramatura maior do que o usualmente disponível em sala de aula, com o objetivo de conferir peso às fichas, garantindo melhor estabilidade ao serem posicionados sobre o tabuleiro.

Confeccionou-se, então, quatro tabuleiros, como apresentado na Figura I, o que permitiria a aplicação da dinâmica com quatro grupos distintos em sala de aula. Além disso, produziu-se quatrocentas fichas quadradas vermelhas, em que se designaria cem por tabuleiro, cada uma representando 1% (Figura II). A dinâmica consiste em estimular os alunos a distribuírem as fichas no tabuleiro de acordo com a proporção de recursos destinada a diferentes Funções. Para isso, a atividade foi planejada em três etapas: i) cenário imaginário, em que os alunos iriam distribuir as fichas no tabuleiro conforme sua percepção sobre a alocação real do orçamento municipal; ii) cenário real, no qual a facilitadora apresenta aos alunos os dados reais sobre a distribuição orçamentária no município; e iii) cenário ideal, em que os alunos iriam redistribuir as fichas no tabuleiro, de acordo com suas próprias concepções sobre como os recursos deveriam ser alocados.

Figura I - Tabuleiro preparado para a aplicação do Jogo da Política



Acervo pessoal da autora, 2024.

Figura II - Fichas quadradas (1 cm X 1 cm) elaboradas para a aplicação do jogo



Acervo pessoal da autora, 2024.

A partir do recurso didático pedagógico concluído, pensou-se na estruturação da aula teórica, para que fosse possível abordar o necessário para a aplicação

prática do jogo, tendo em vista a disponibilidade de duas aulas consecutivas de 45 minutos para isso. Desse modo, organizou-se a sequência didática da seguinte forma:

Tabela 3 - Sequência Didática - Ensino Fundamental II.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: Aplicação do Jogo da Política. RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Fernanda Dellaquila de Oliveira.			
DATA: 04/11/2024 11/11/2024	DURAÇÃO: 4 aulas de 45 minutos	DISCIPLINA: Geografia	ANO: 7º ano A Ensino Fundamental II
2. TEMÁTICA: Os Três Poderes: explorando o Poder Executivo Municipal.			
3. OBJETIVOS: O objetivo da aula consiste em compreender, refletir e reconhecer as funções dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com ênfase no papel do poder executivo no âmbito municipal.			
4. HABILIDADES: Analisar a organização político-administrativa do Brasil, reconhecendo o papel das esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e sua relação com a gestão do território.			
5. MOMENTOS DAS AULAS/ATIVIDADE: 5.1. Sensibilização - 5 minutos: a. Questionamentos para motivar o início das discussões acerca do tema proposto em aula: “Como vocês acham que é feita a administração de uma cidade, por exemplo Rio Claro - SP? Podem citar exemplos?” 5.2. Contextualização - 85 minutos: a. Apresentação da habilidade para o aluno saber o que se espera dele; b. Apresentação da base teórica e científica do tema sempre retomando ao			

que os alunos apresentaram de conhecimento prévio;

- i. Os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e suas funções;
- ii. Poder Executivo na escala local: quais são as responsabilidades e atribuições do chefe do executivo local (prefeito);
- iii. Leis orçamentárias: quais legislações regem o orçamento público municipal (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual);
- iv. Cidadania: analisar o papel dos cidadãos como participantes ativos na democracia e nos processos de tomada de decisão em nível local (Orçamento Participativo);
- v. Funções das pastas de despesas do orçamento municipal de Rio Claro - SP: descrever as áreas e destacar suas atribuições na gestão pública.

5.3. Aplicação do Jogo - 90 minutos:

- a. Introdução do jogo: apresentação do tabuleiro, explicação das regras e divisão dos grupos;
- b. Aplicação do jogo:
 - i. Cenário imaginário: alunos dispõem as fichas (porcentagem) sobre o tabuleiro, de acordo com as próprias perspectivas e vivências, como acreditam ser a divisão do orçamento real do município de Rio Claro - SP;
 - ii. Cenário real: mostra-se aos alunos a real divisão das fichas (porcentagem) sobre o tabuleiro em relação ao orçamento municipal de Rio Claro - SP;
 - iii. Cenário desejado: alunos dispõem as fichas (porcentagem) sobre o tabuleiro demonstrando como gostariam que fosse feita a divisão do orçamento real do município de Rio Claro - SP.
- c. Reflexão coletiva pós-jogo: incentivar o debate sobre as perspectivas do aluno sobre a prática.

6. METODOLOGIAS DE ENSINO:

As duas primeiras aulas serão expositivas e dialogadas, propondo nas duas aulas seguintes a realização de um jogo, fazendo com que cada discente possa aplicar seu aprendizado sobre o tema, além de propiciar o engajamento de cada aluno.

7. RECURSOS DIDÁTICOS:

- a. Lousa, giz, apagador;
- b. Tabuleiro, ficha de EVA;
- c. Recursos de papelaria: caderno, lápis, borracha, caneta hidrográfica, etc.

Elaborado pela autora (2024).

Como descrito neste capítulo, a partir do desenvolvimento do recurso didático pedagógico “Jogo da Política”, foi possível estruturar instrumentos para a coleta e análise de dados. Por meio da observação direta e registro de anotações durante as atividades, consegue-se subsídios para uma análise mais detalhada dos resultados obtidos no contexto escolar, o que será abordado no próximo capítulo.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com os instrumentos de coleta e análise aplicados, os resultados obtidos a partir das observações e registros das atividades serão analisados com base nos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, a seguir, será apresentada as principais percepções, contribuições e limitações da aplicação do Jogo da Política:

4.1. Percepções dos Alunos sobre Cidadania e Participação Política

Durante a aula introdutória ao Jogo da Política, os estudantes demonstraram bastante interesse e se engajaram em relação aos temas abordados. A turma expressou uma percepção inicial ampla em relação à política, identificada como algo presente no cotidiano. No que se refere ao papel dos três poderes e seus representantes, os alunos fomentaram uma discussão dinâmica e participativa.

Perguntas foram trazidas, o que indicou curiosidade e preocupação em compreender os mecanismos políticos e administrativos. Algumas das questões

levantadas foram sobre o papel dos vereadores e a execução de leis, assim como dúvidas em relação ao funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), demonstraram como as experiências pessoais e familiares influenciam sua percepção política.

Posteriormente, as discussões sobre o planejamento urbano e as leis orçamentárias também provocaram questionamentos pertinentes. Dúvidas sobre a utilização do orçamento público manifestaram o interesse dos alunos em conectar a política às suas realidades locais. A partir disso, foi possível promover uma análise democrática do investimento, visto que se incentivou uma perspectiva mais abrangente, considerando as necessidades coletivas em detrimento dos interesses individuais.

O diálogo em sala de aula demonstrou o potencial pedagógico de estimular a consciência crítica e a capacidade de compreender a participação política como um instrumento de transformação social.

Já a aplicação do Jogo da Política evidenciou ainda mais as percepções dos estudantes sobre questões relacionadas à política, cidadania e participação política. Durante a aplicação da etapa do cenário imaginário, em que seria disposto sobre o tabuleiro as porcentagens que acreditavam ser a real distribuição do orçamento, os alunos demonstraram uma compreensão inicial de que as áreas de saúde e educação são prioritárias, com base em experiências cotidianas e informações discutidas previamente em aula sobre a obrigatoriedade de destinação mínima de recursos a essas funções. No entanto, manifestaram a insuficiência de recursos nessas áreas, apontando, por exemplo, as longas filas de espera na rede pública de saúde.

Preocupações com o meio ambiente foram surgidas, com destaque para a importância de investimentos relacionados ao aquecimento global. Ao analisar a realidade local, os alunos concluíram que esta pasta recebe pouco investimento atualmente. Assim como a pasta de esporte e lazer, devido à falta de espaços públicos adequados e projetos comunitários que perderam financiamento. Esses tópicos geraram reflexões sobre a promoção da qualidade de vida.

Ao terem acesso ao cenário real, em que se compartilhou a real divisão do orçamento público municipal de Rio Claro - SP, os estudantes ficaram surpresos com

as discrepâncias entre as áreas prioritárias para eles e os valores efetivamente destinados a elas. Também se surpreenderam com os valores das pastas de cultura, esporte e lazer e segurança pública, que possuem investimentos significativamente menores do que o esperado. Isso movimentou um debate interessante sobre a relação entre cultura, lazer e segurança pública, visto que os alunos identificaram que investimentos em cultura e lazer poderiam contribuir indiretamente para a redução da violência.

Nesse sentido, foi possível notar a influência dos debates ao executarem em seguida o cenário desejado, como gostariam que fosse dividido o orçamento municipal de Rio Claro - SP. Áreas como Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Cultura e Segurança Pública foram priorizadas, além de Educação e Saúde que já eram consideradas prioritárias. A área de Reserva de Contingência também possuiu um maior investimento para possíveis crises futuras, destacando um senso de responsabilidade coletiva dos estudantes.

Por fim, a partir das percepções dos alunos, pode-se destacar a competência de relacionar suas vivências e conhecimentos com a análise de questões políticas e sociais amplas, o que viabiliza uma cidadania mais ativa e engajada.

4.2. Contribuições do Ensino de Geografia na Formação da Cidadania Ativa

O ensino de Geografia demonstrou ser uma importante ferramenta na formação da cidadania ativa, ao proporcionar um espaço para análise crítica e contextualizada de temas socioespaciais. Durante a aula introdutória e a aplicação do jogo, os estudantes tiveram a oportunidade de compreender as interrelações entre diferentes setores do orçamento público, articulando aspectos como políticas públicas e qualidade de vida.

As discussões sobre gestão urbana, meio ambiente e infraestrutura foram capazes de exemplificar como o conhecimento geográfico pode estimular a consciência cidadã. Conceitos relacionados ao planejamento urbano foram apresentados de forma acessível, o que permitiu que os estudantes relacionassem aspectos teóricos com problemas práticos enfrentados em suas comunidades.

Além disso, ao abordar o impacto dos investimentos públicos, o ensino de Geografia incentivou a reflexão sobre a distribuição equitativa de recursos e justiça

social. Esse panorama contribuiu para a formação de um pensamento crítico e a valorização do diálogo como recurso fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa.

4.3. Limitações e Desafios na Utilização do Recurso Didático Jogo da Política

Apesar do Jogo da Política ter se mostrado uma estratégia didática eficiente para engajar os alunos em debates sobre política e cidadania, foram identificadas algumas limitações e desafios.

A iniciar pelo tempo disponível para execução da atividade não foi o suficiente para aprofundar alguns aspectos de maneira mais detalhada. O que restringiu também o tempo para discussão e sanar outras possíveis dúvidas. Por exemplo, o conhecimento prévio relacionado a escalas municipal, estadual e nacional poderia ser reforçado na aula introdutória, para uma melhor incorporação ao jogo.

A partir da expressão de opiniões e comentários, foi possível notar a reprodução da influência familiar na visão política dos alunos. Essa influência pode restringir o alcance da proposta pedagógica, uma vez que os alunos tendem a reproduzir argumentos já consolidados no ambiente familiar, dificultando a construção de novas perspectivas baseadas na análise coletiva.

Além disso, em alguns momentos houve a necessidade de constante intervenção para estimular o debate e evitar dispersões, o que revelou a importância de uma preparação prévia mais robusta. A variação de interesse entre os grupos também indicou a relevância da adequação do recurso a diferentes perfis de turmas, o que pode ser um aspecto a ser aprimorado.

Por fim, a complexidade do jogo, em conjunto à carga informacional dos temas abordados, pode representar um obstáculo, especialmente em turmas menos participativas ou com menor familiaridade com debates, incluindo política e cidadania. Superar essas limitações requer ajustes na dinâmica de aplicação do jogo, maior tempo de preparo e, possivelmente, a inclusão de materiais e conteúdos complementares que facilitem a compreensão dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa, é possível identificar como o recurso didático pedagógico “Jogo da Política” mostrou-se eficaz para o desenvolvimento da cidadania ativa, a partir do ensino de Geografia, como proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O ensino de Geografia desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos e participativos, a partir da compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que estruturam o espaço urbano e a sociedade. Nesse contexto, o Jogo da Política apresentou-se como um recurso didático inovador, que conecta teoria e prática, capaz de estimular os estudantes a analisar, questionar e intervir no sistema político. Alinhado aos objetivos da BNCC, o jogo foi capaz de promover competências voltadas para a transformação da realidade urbana.

Os resultados indicaram o potencial pedagógico do jogo em estimular o senso crítico e a compreensão dos mecanismos políticos, assim como a capacidade dos alunos de relacionar experiências cotidianas com questões políticas e socioeconômicas. Para isto, foi necessário, nas aulas de Geografia, a articulação de conceitos teóricos com problemas práticos. Do mesmo modo, a importância de assimilar o conteúdo ao contexto local pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica, inclusiva e engajada politicamente. Além disso, o conceito de cidadania, alinhado ao direito à cidade e a emancipação política, apresentou a possibilidade de transformação social aos alunos. A partir da reflexão crítica sobre aspectos políticos presentes na realidade, foi proporcionada a possibilidade de uma cidadania ativa e democrática, viabilizada pela oportunidade de acesso a esse tema. A Geografia, nesse sentido, desempenha uma função fundamental ao desenvolver a capacidade de análise das relações entre sociedade e espaço urbano, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes. Assim, promove a educação cidadã que capacita os alunos a atuar na transformação social e urbana.

Em suma, o presente trabalho visa contribuir para o desenvolvimento da educação cidadã, através do ensino de Geografia e foi capaz de cumprir com os objetivos esperados. Apesar do recurso didático pedagógico ter se mostrado eficaz, ainda existem limitações, o que indica a demanda para o aperfeiçoamento. Além disso, pode-se desenvolver futuramente outros elementos do Jogo da Política, como

o Jogo do Legislativo e o Jogo do Judiciário, viabilizando o aprofundamento do conhecimento dos estudantes em relação à política. Por fim, deve-se investir na continuidade da investigação sobre a educação cidadã nas aulas de Geografia, pois apenas assim será democratizada a formação de cidadãos ativos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raquel; MARTINS, Rodrigo; MELLO, André. A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular: avanços e retrocessos. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p.147-172, jan./jun. 2019.

BRANCO, Emerson *et al.* Uma visão crítica sobre a implantação da Base Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, v. 10, n. 21, p. 47-77, maio./ago, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica: ensinar e aprender Geografia. In: CASTELAR, Sonia Maria Vanzella; MUNHOZ, Gislaine Batista. (Org.). **Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos**. São Paulo: XAMÃ, 2012. p. 73-87.

CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 70, p. 9-30, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **Geosp**, São Paulo, v. 5, p. 41-56, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Formar para a vida urbana cidadã como meta para o professor de Geografia: aportes teóricos e ensinamentos da experiência. **AGALI journal: journal of social sciences and humanities**, v. 10, n. 10, p. 45-64, 2020.

ÉNOIS. Énois, 2009. Um jornalismo diverso e representativo. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

JOGO DA POLÍTICA. Politize!. Disponível em:
<http://materiais.politize.com.br/1e4Ve3Q7t/Curadoria-Jogo-da-politica>. Acesso em:
18 ago. 2023.

LABHACKER. **LABHacker**, 2013. Disponível em:
<https://sites.google.com/view/labhackercd/home?authuser=0>. Acesso em: 24 ago.
2024.

LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**, Antropos, Paris: 1972.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro:
Zahar, 1967.

RIO CLARO. Lei nº 5.852, de 12 de Dezembro de 2023. Estima a receita e fixa a
despesa do município de Rio Claro - SP para o exercício financeiro de 2024. Rio
Claro: Câmara Municipal. Disponível em:
[https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=202358
52&NroLei=5.852&Word=&Word2=](https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9320&cdDiploma=20235852&NroLei=5.852&Word=&Word2=). Acesso em:

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. **Arq
Mudi**. Maringá, v. 11, n. 2, p. 110-114, 2007.

TOLEDO, Bruno. **O Sonho Brasileiro da Política**. Página 22, 2014. Disponível em:
<https://pagina22.com.br/2014/10/22/o-sonho-brasileiro-da-politica/>. Acesso em: 15
mai. 2024.